



## Sepulturas medievais escavadas na rocha no concelho de Lousada: o cemitério rupestre do Irmeiro (Boim)

*Manuel Nunes\**, *Luís Sousa\*\** e *Carlos Gonçalves\*\**

### Resumo

O presente artigo surge na sequência dos trabalhos de revisão da Carta Arqueológica do Concelho de Lousada, durante os quais o Gabinete de Arqueologia Municipal procedeu ao levantamento, ao estudo morfo-tipológico e ao enquadramento histórico-arqueológico do núcleo de sepulturas escavadas na rocha do lugar do Irmeiro (Boim). Trata-se de um sítio com uma cronologia provável entre o século VIII e X, composto por três sepulturas rupestres que revelam um antropomorfismo arcaico e uma organização espacial enquadrável na tese dos “agrupamentos familiares”.

### 1. Introdução

O artigo que agora se faz publicar é o resultado de um levantamento sumário e subsequente caracterização morfo-tipológica do núcleo de sepulturas escavadas na rocha localizado no lugar do Irmeiro, um sítio identificado em 1994 (Nunes, 1994) e agora alvo de um primeiro estudo sistemático com o propósito de contribuir para o alargamento do conhecimento da ocupação humana na região do vale do Sousa, bem como das suas práticas e ritos funerários durante o período que medeia entre o século VIII e X.

Todos os trabalhos desenvolvidos no sítio do Irmeiro enquadram-se no processo de revisão da Carta Arqueologia do Concelho de Lousada (CACL), projecto cujos trabalhos de campo, da responsabilidade do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada, tiveram início em Julho de 2005, após aprovação por parte do Instituto Português de Arqueologia.

Dado o número reduzido de sepulturas escavadas na rocha identificadas até ao momento na área administrativa do actual concelho de Lousada – núcleo do Irmeiro (Nunes, 1994:3); necrópole de S.

\* Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

\*\* Assistente de Arqueólogo. Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Lousada.

Miguel (Pinto, 1992)<sup>1</sup>; e sepultura isolada de Vilar do Torno e Alentém (Barroca, 1987:154)<sup>2</sup> – assim como o seu estado de conservação – a necrópole de S. Miguel apenas aflora do solo que cobre o adro da igreja onde as sepulturas se encontram implantadas, pelo que se imporia uma intervenção com recurso a métodos intrusivos para revelar os verdadeiros contornos deste sepulcrário rupestre; e a sepultura isolada, referenciada por Mário Jorge Barroca (1987:154) no Monte da Senhora Aparecida, permanece, até à data, e pese embora aturados tra-

balhos de prospecção, por realocar – optou-se por proceder a uma análise individualizada das sepulturas que compõem o núcleo rupestre do Irmeiro, em detrimento de um estudo comparativo, por certo mais profícuo em termos analíticos, mas de execução difícil no estado actual do conhecimento sobre os restantes núcleos de sepulturas escavadas na rocha existentes no concelho.

## 2. Localização geográfica

Administrativamente localizada na freguesia de Boim, no concelho de Lousada (distrito do Porto), a sudoeste do principal núcleo habitacional da localidade, numa pequena plataforma granítica implantada no sopé da encosta do monte de S. Jorge, as sepulturas do Irmeiro encontram-se presentemente confinadas ao quintal de uma casa particular (propriedade da Sra. D<sup>a</sup>. Maria de Fátima Moura Mendonça), construída na década de 1960 à face da actual Estrada Municipal 1155 (EM1155), da qual dista cerca de 20 metros.

Sem quaisquer acessos que não aqueles proporcionados directamente pela habitação que lhe é imediatamente contígua, a estação arqueológica encontra-se implantada à cota de 238 metros sendo totalmente escavada numa superfície de granito porfiróide, de grão grosseiro, com duas micas, essencialmente biotíticos (C.G.P. 1:50.000 folha n.º 9D/Pena-fiel), que se eleva a cerca de 7 metros do actual nível da estrada, com as seguintes coordenadas geográficas (WGS/84): 41°15'34,6'' N - 8°16'57,5'' W (UTM: 29TNF560094/4567825). As sucessivas habitações que foram



Figura 1. Extracto da Carta Militar de Portugal (CMP) - Folha 112. Serviços Cartográficos do Exército - Escala 1:25 000. Série M888. 1990.

<sup>1</sup> J.M.S. Mendes Pinto dá conta do aparecimento no adro da igreja de S. Miguel de “sepulturas escavadas no afloramento em que assenta a igreja, e ao lado norte desta, em número de cinco, algumas de cariz antropomórfico, sub-trapezoidais e ovaladas, podendo-se apenas assegurar a sua posterioridade ao século XI”. Completa a informação anterior dando conta que “são supostamente da necrópole a ela anexa [igreja de S. Miguel] duas lajes sepulcrais com representações antropomórficas depositadas no Museu de Etnografia e História do Porto”.

<sup>2</sup> Recentemente, no âmbito dos trabalhos de prospecção em curso para a revisão da CACL, foi identificado em Meinedo, no lugar de Pade, um novo núcleo de enterramentos rupestres, composto por uma sepultura isolada que, apesar de muito danificada ao nível do terço distal e da zona dos pés, constitui uma adenda relevante para o estudo das práticas e ritos funerários nesta região durante a Idade Média.



**Figura 2.** - Mapa esquemático da área de implantação da estação arqueológica à escala aproximada 1:2000, sendo visíveis as construções que marginam presentemente a rede viária local (Fonte: <http://lusiglob.edinfor.logicacmg.com>).

sendo construídas e que presentemente marginam por completo a EM1155, obstruem totalmente a visibilidade exterior que, em épocas não muito recuadas, terá caracterizado o sítio.

No topo do monte de S. Jorge existe uma pequena ermida (Capela de S. Jorge) à qual se encontra associado o actual cemitério paroquial. O cabeço, não sendo de grandes proporções (279m), domina, claramente, a paisagem circundante, prolongando-se, em declive pronunciado, para poente e nascente.

Escassas centenas de metros a poente da área de implantação das sepulturas, corre o vale da ribeira de Irmeiro, uma pequena depressão agricultada que acompanha a linha de água orientada a nordeste/sudoeste.

A paisagem, eminentemente rural, com solos de elevada apetência agrícola formados por depósitos areno-argilosos de fundo de vale, do Holocénico, desenvolvendo-se ao longo dos vales irrigados que cerceiam relevos de altitude moderada (S. Jorge 279m; Vila Pouca 256m; Juía 219m) e declives pouco pronunciados cobertos, ora por manchas residu-

ais de *Quercus robur*, ora por povoamentos monoespecíficos de *Pinus pinaster* e *Eucalyptus sp.*, envolve os mais importantes e antigos núcleos de povoamento humano que pontuam a região.

Dispersa e estruturada em torno de antigos caminhos e estradas, a ocupação humana é aqui fortemente marcada pela presença de inúmeras Quintas e “Casas”, construções graníticas de rés-do-chão e andar com telhados de telha caleira que no andar térreo possuem cortes e pocilgas para os animais, lagar e arrumações diversas (Oliveira e Galhano, 1998:27), e a cuja presença se deve, em grande medida, a actual composição da paisagem, a organização do território e a compartimentação da propriedade. Em virtude e em consequência desta homogeneidade na ocupação do solo, a paisagem reveste-se de uma elevada qualidade visual e de uma inegável importância cultural, ainda que as mais recentes alterações sócio-económicas que se têm vindo a processar em todo o concelho, com o crescimento evidente do impacte das actividades antrópicas, tenham provocado alterações ao nível da ocupação do solo, das tipologias arquitectónicas e até dos modos de vida das populações, com reflexo na crescente degradação visual dos espaços.

### 3. Metodologia

Aquando da intervenção arqueológica no sítio do Irmeiro, as sepulturas encontravam-se violadas e parcialmente soterradas. Devido à continuada deposição de lixos domésticos e entulhos no espaço de enterramento e à presença de vegetação, revelou-se necessário proceder a uma limpeza sumária da área de implantação das sepulturas antes de ser possível proceder ao seu estudo. A limpeza, para além do propósito de avaliar o estado de conservação de cada um dos sepulcros identificados, visava a determinação pormenorizada dos itens considerados na matriz descritiva<sup>3</sup>, elaborada a partir das pro-

<sup>3</sup> A elaboração da matriz descritiva e metrológica apresentada neste artigo resulta de um trabalho de inventariação prévio dos núcleos de sepulturas escavadas na rocha no concelho de Lousada, com vista à sua aplicação no âmbito dos trabalhos de prospecção para a nova Carta Arqueológica do Concelho de Lousada.



Figura 1. Vista geral da necrópole antes da limpeza.



Figura 2. Vista geral da necrópole depois da limpeza da vegetação e remoção dos entulhos.

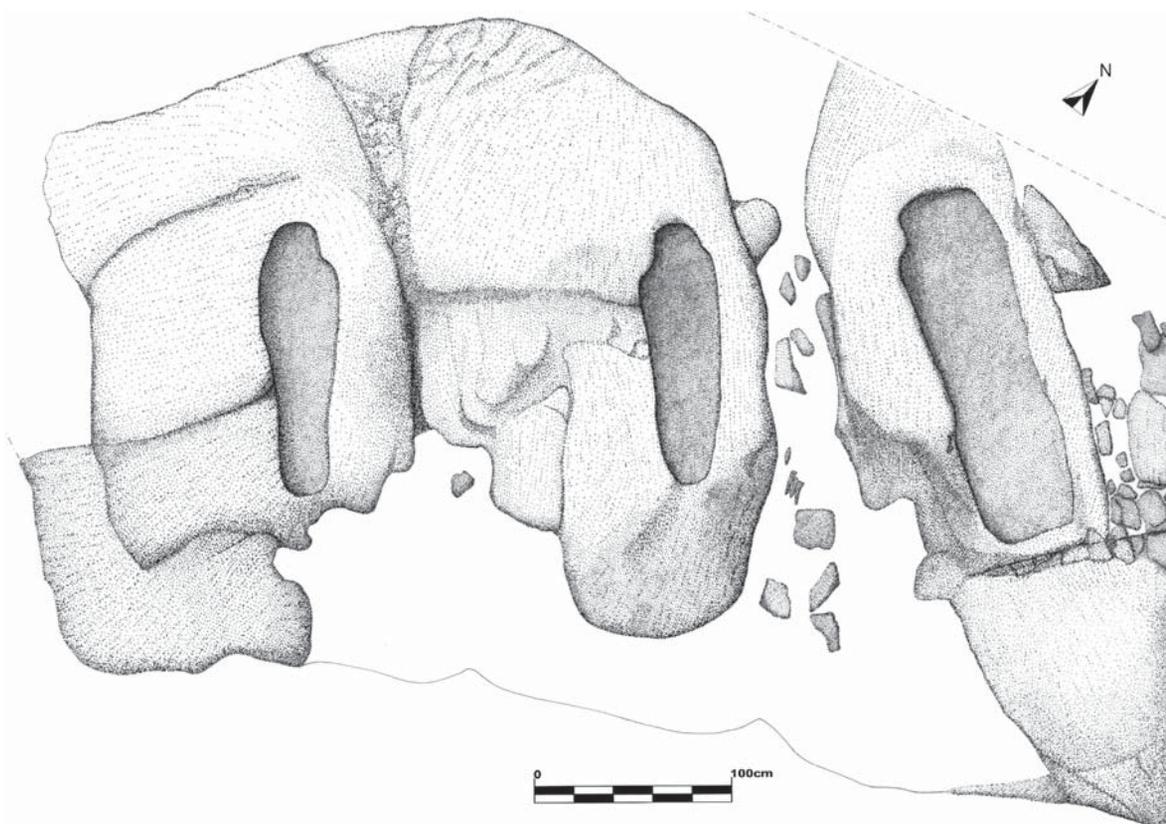
postas de um conjunto de autores que, no âmbito de dissertações de mestrado (Barroca, 1987:131-141; Marques, 1995:26-27) ou de outros trabalhos de investigação (Barroca e Morais, 1983: 94-97; Barroca e Morais, 1986: 38-40; Barroca, 1989:182-183;

Marques e Gama, 1992:94; Tavares, 1999:11-15; Tente e Lourenço, 1998:217; Tente e Lourenço, 2002:240; Silva, 1990:115; Valera, 1990:3-5; Vieira, 2004:72-73), se têm vindo a debruçar sobre esta temática ao longo das últimas duas décadas.

Para cada uma das sepulturas foi feito o levantamento da planta, assim como o corte transversal e longitudinal. Para possibilitar um entendimento de conjunto procedeu-se, igualmente, ao levantamento esquemático da totalidade do sítio, incluindo o seu registo fotográfico.

O recurso à cartografia dos Serviços Cartográficos do Exército (C.M.P. 1:25.000 folha nº.112) para a implantação e registo altimétrico da necrópole, e a obtenção das coordenadas do sítio (sensivelmente no centro da necrópole) através do sistema de G.P.S (Global Positioning System) com um aparelho Garmin GPS eTrex Vista, permitiu a recolha de dados com vista à posterior georeferenciação da estação para a nova Carta Arqueológica. Paralelamente ao estudo individualizado do sítio, coligiu-se toda a bibliografia histórico-arqueológica dispo-



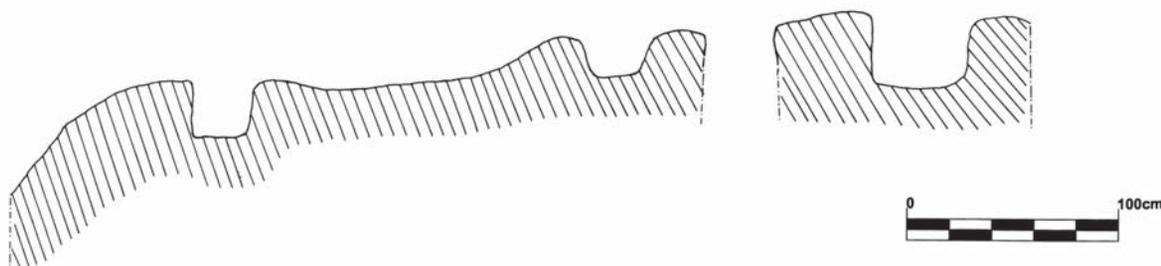


**Figura 5.** Plano geral do cemitério rupestre do Irmeiro, sendo notórios os segmentos P1 e P2 do afloramento onde se implantaram as sepulturas. De notar as ligeiras diferenças em termos de orientação axial e o posicionamentos escalonado das sepulturas.

a limitar o escoamento de águas pluviais para os arcazes situados a uma cota inferior, se apresenta fragmentado superficialmente, dando origem a dois segmentos distintos separados por uma vala rudimentar orientada segundo os eixos das próprias cavidades sepulcrais.

O primeiro segmento de afloramento (P1), onde se implantaram as sepulturas 1 e 2 (S1 e S2), apresenta uma superfície total aproximada de 12m<sup>2</sup> e terá sido desbastado a oeste e noroeste aquando da construção da casa, e a norte pela edificação, em

anos mais recentes, de um pequeno muro de divisão de propriedades. O segundo segmento rochoso (P2) com uma área consideravelmente menor, aproximadamente 5m<sup>2</sup>, foi truncado a sudeste pelo arroteamento de uma parte da encosta do monte de S. Jorge, e é o local de implantação da sepultura 3 (S3). A sepultura 1 e a sepultura 2 distam entre si cerca de 1.40m, enquanto a sepultura 3, dista aproximadamente 0.90m da sepultura 2 que lhe é contígua.



**Figura 6.** Corte transversal do núcleo de sepulturas do Irmeiro.

#### 4.1. Sepultura1 (S1-P1)

Trata-se de uma sepultura de cariz antropomórfico, de forma sub-trapezoidal e cabeceira em arco de volta perfeita, levemente aberta, que, dadas as suas reduzidas dimensões (136cm), se destinaria certamente à inumação de uma criança.

Apesar da matéria-prima onde foi escavada a sepultura ser composta de granito de grão grosso que, tal como notaram Tente e Lourenço (1998:212) “*difficulta a execução de sepulturas antropomórficas de pequenas dimensões (infantis e bebés), pois não permite uma precisão do talhe*”, o presente túmulo revela um acabamento cuidado onde se destaca um talhe regularizado, particularmente evidente na intercepção do leito com as paredes laterais onde os ângulos foram intencionalmente arredondados. A largura máxima da sepultura, que neste caso se determinou no terço superior da mesma, é de 38cm, sendo a largura a meio de apenas 34cm, resultado de um afunilamento notório do tronco da sepultura a partir do final da curvatura do braço direito, o que lhe confere um certo talhe “pisciforme” (Tavares, 1999:20). O sepulcro apresenta o delineamento do



Figura 7. Sepultura1 (vista sudeste).

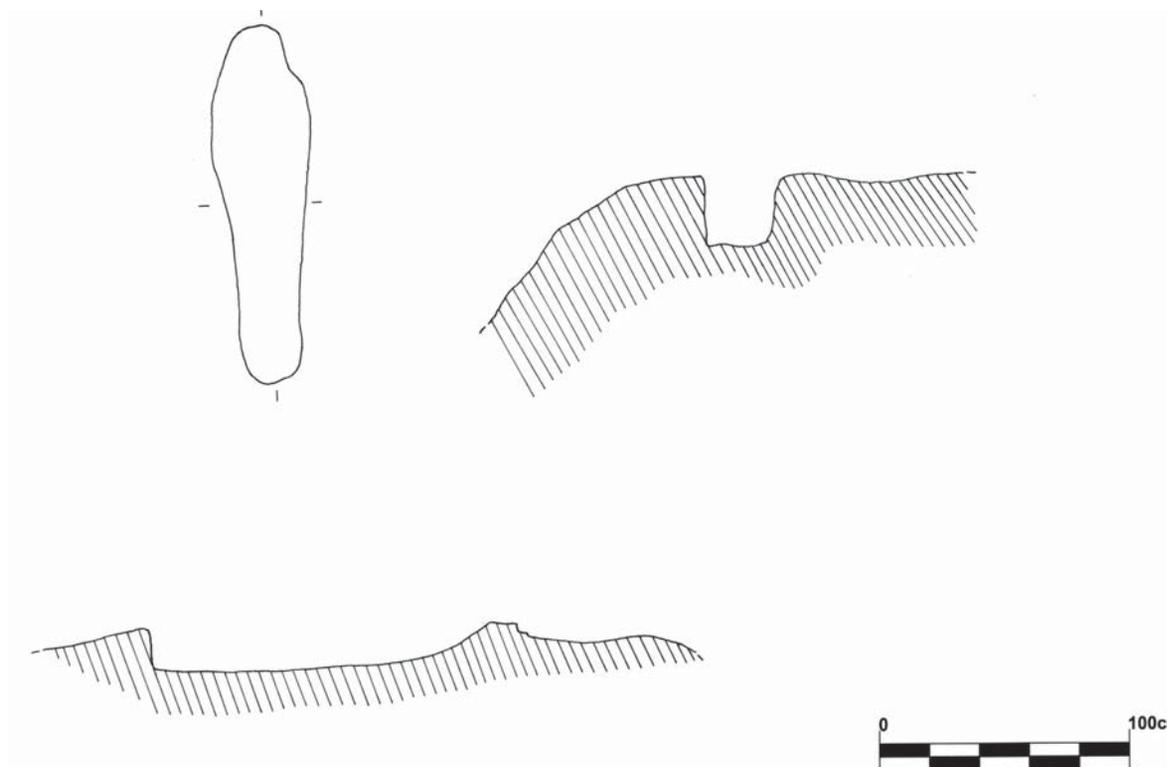


Figura 8. Plano e corte (longitudinal e transversal) da sepultura 1 (S1).

ombro esquerdo e apenas um leve arqueamento do corpo no lugar do ombro direito.

O leito revela-se levemente abaulado e soerguido em declive arredondado na zona da cabeceira, embora sem denotar uma “almofada” perceptível. O corte transversal da sepultura mostra um plano assimétrico e ligeiramente inclinado para sudoeste no sentido do declive geral do afloramento. Na zona dos pés, o sepulcro revela um “nicho” ovalado para acomodar os pés do defunto. A parede lateral do topo da cabeceira encontra-se fracturada e desnielada relativamente ao rebordo geral da sepultura.

N	S	SN	CS	O	SC	T	TG	T1	T2	C	OM	OM2	PC
S1	1	1	2	320°	0	0	T2	—	3	4	OM2	1	0
P	PP	L	LM	CP	PM	CB	LC	R	RT	CL	CT	IG	CA
0	0	38	34	136	16	20	22	2	0	2.1	4	1	6.4

**Tabela 2.** Dados metrológicos e tipológicos da sepultura1 (dados em cm).

O mesmo acontece no corpo central da parede esquerda, onde se projecta um rasgo diagonal. No rebordo da parede lateral direita a sepultura apresenta um entalhe que terá sido escavado, provavelmente, devido à necessidade de proceder ao escoamento de águas pluviais. Apesar do desgaste erosivo e evidente acção antrópica, o arcaz apresenta um estado de conservação considerado regular<sup>6</sup>.

#### 4.2. Sepultura2 (S2-P1)

Em paralelo com o túmulo S1, a sepultura 2 evidencia um antropomorfismo “evolutivo” e uma planta sub-trapezoidal com uma cabeceira em arco de volta perfeita, levemente flectida para o interior, denotando uma provável tentativa de aproximação aos contornos inferiores da cabeça.

O comprimento máximo da sepultura é de 130cm, sendo a largura máxima alcançada ao nível dos ombros (36cm). A largura, a meio, é de 31cm, o que corresponde ao ponto de maior estreitamento da sepultura, aumentando aquela novamente no último terço do sepulcro, imediatamente antes do afunilamento para receber os pés. Com efeito, é notória uma ligeira flexão da parte inferior da sepultura, designadamente através do arqueamento “para fora” e consequente alargamento da área intermédia dos membros inferiores, situação que configurará um desequilíbrio intencional da volumetria voltando-a, tendencialmente, para sudoeste, isto é, de frente para o sepulcro S1 que lhe é contíguo no afloramento P1. Tendo em conta as dimensões, o sepulcro destinar-se-ia a acolher o corpo de uma criança.

À semelhança do que se verifica noutros estudos levados a cabo em contextos sepulcrais alto-medievais (Marques, 1995:199; Tente e Lourenço, 1998:210), a sepultura 2 ostenta uma ligeira reen-



**Figura 9.** Sepultura 2 (vista sudeste).

<sup>6</sup> Com vista à uniformização terminológica, adoptou-se para o presente artigo a nomenclatura estabelecida pela lista do sistema *Thesaurus* do ENDOVÉLICO do Instituto Português de Arqueologia (IPA).

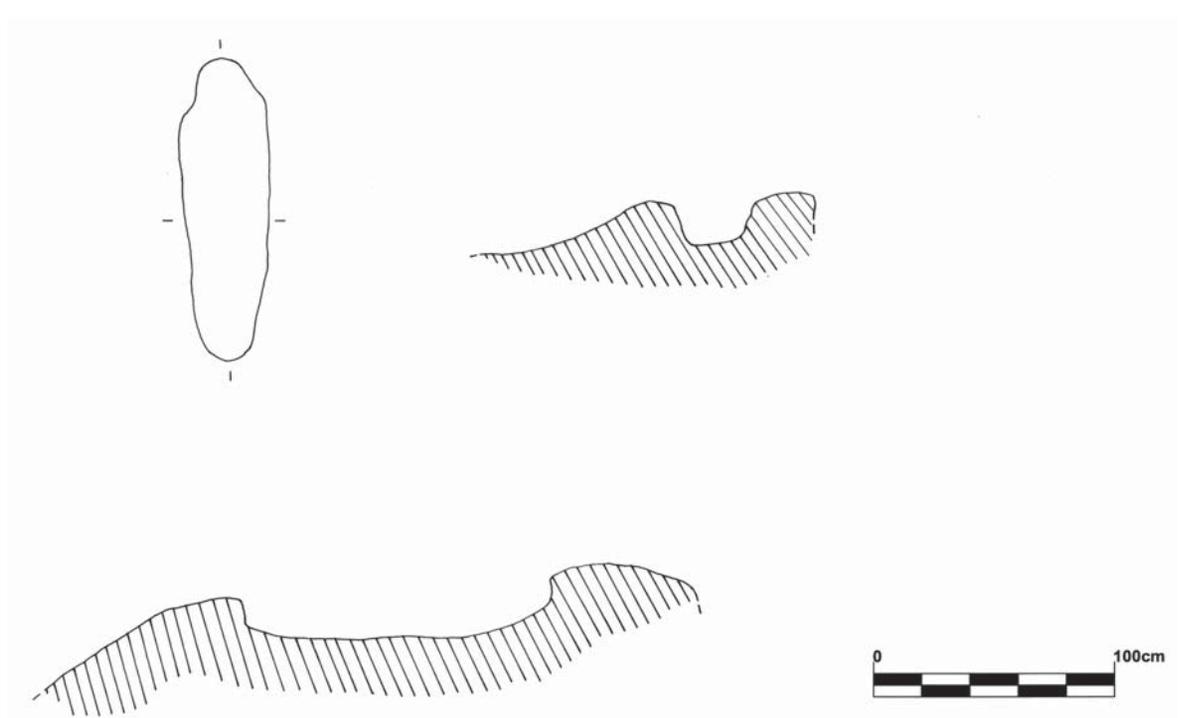


Figura 10. Plano e corte (longitudinal e transversal) da sepultura 2 (S2).

trância côncava na parede interior da cabeceira, solução destinada, a aconchegar e imobilizar a cabeça do defunto, mantendo-a com o rosto voltado para o céu (Barroca, 1987:127). Tal como o sepulcro S1, a sepultura 2 também revela o delineamento de apenas um ombro, no entanto, ao contrário do que se verifica naquela, o ombro aqui representado é o direito.

O corte longitudinal da sepultura revela um leito assimétrico: convexo no meio e côncavo na região da cabeceira e dos pés. Para além disso, o leito denota um talhe irregular e um acabamento imperfeito, situação que se estende às paredes laterais do sepulcro O corte transversal mostra um perfil arredondado com uma inclinação relativamente pronunciada que acompanha o pendor do afloramento (sudoeste). Não sendo detectável qualquer entalhe destinado à fixação dos pés, a parede confinante com a extremidade dos membros inferiores encontra-se levemente arqueada revelando uma dilatação do ângulo de intercepção da parede com o leito.

O sepulcro encontra-se fracturado, sensivelmente a meio do rebordo da parede lateral direita, devi-

do à abertura de um rasgo largo e profundo para drenagem de águas pluviais, evidenciando ainda um orifício no leito resultante da fixação de espigões de ferro destinados a sustentar os esteios de uma ramada que até recentemente confinava com o sítio. O rebordo horizontal que delimita a implantação do arcaz a sudeste, revela um forte desnivelamento (c.10cm), fruto do desgaste do afloramento em virtude da erosão natural do granito e da utilização da superfície rochosa como acesso pedonal ao Monte de S. Jorge. Pese embora a evidente degradação deste sepulcro, considera-se que apresenta um estado de conservação regular.

N	S	SN	CS	O	SC	T	TG	T1	T2	C	OM	OM2	PC
S2	1	1	1	318°	0	0	T2	—	3	4	OM2	0	0
P	PP	L	LM	CP	PM	CB	LC	R	RT	CL	CT	IG	CA
0	1	38	31	130	19	18	22	2	0	3	4	1	6.4

Tabela 3. Dados metrológicos e tipológicos da sepultura2 (dados em cm).

### 4.3. Sepultura3 (S3-P2)

Com um comprimento total de 178cm e uma largura máxima de 50cm, a sepultura 3 (adulto?), é de todas aquela que denota um antropomorfismo mais

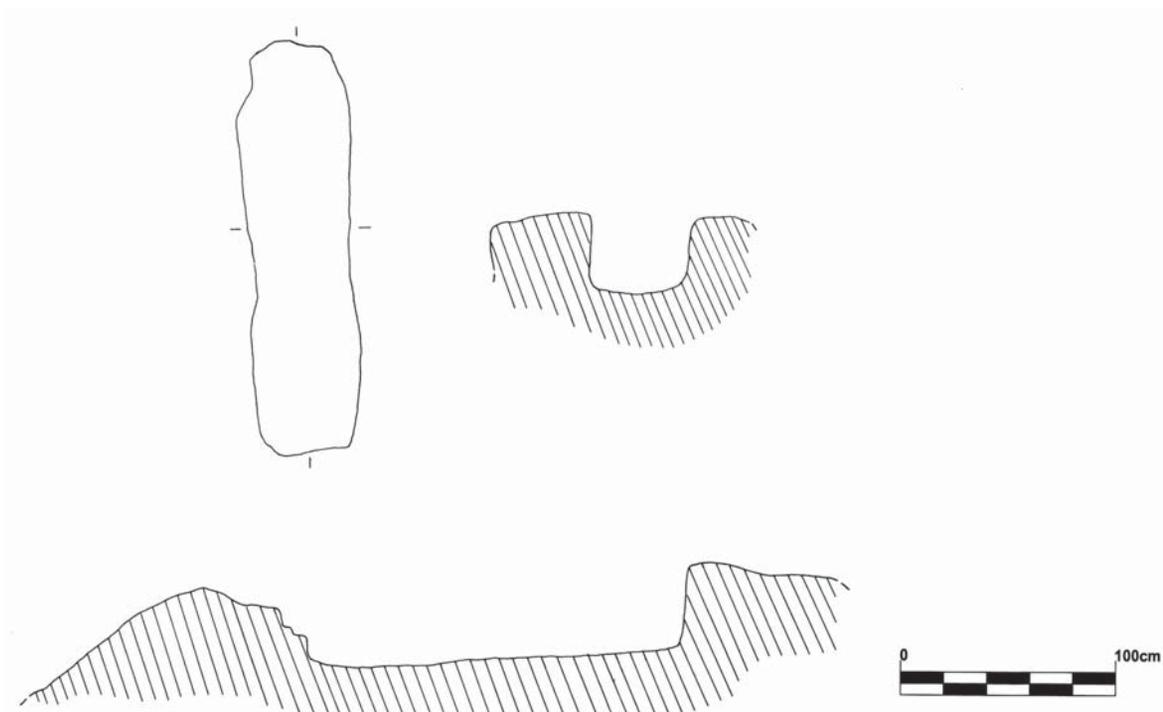


Figura 10. Plano e corte (longitudinal e transversal) da sepultura 3 (S3).



Figura 11. Sepultura 3 (vista sudeste).

arcaico evidenciado, sobretudo, pela presença de uma cabeceira assimétrica de pendor rectangular.

O plano da sepultura é sub-rectangular, salientando-se, à semelhança do que se verifica nas restantes sepulturas, um único ombro, neste caso, o direito. A largura obtida a meio do sepulcro (47cm), revela um estreitamento progressivo das paredes laterais após o delineamento dos ombros, situação verificada igualmente nas sepulturas S1 e S2, ao que se segue um alargamento em “leque” da área intermédia dos membros inferiores. Trata-se de uma acção aparentemente deliberada no sentido de provocar uma descontinuidade na cavidade sepulcral, tornando-a, desta forma, consideravelmente mais ampla na base que na cabeceira. Desconhecemos as razões que poderão ter estado na origem desta intenção, mas não será descabido supor uma reformulação destinada a melhor adaptar o sepulcro à anatomia *post mortem* do cadáver, sobretudo se tivermos em linha de conta que a posição de *decubitu supino* (ventre voltado para cima) não terá sido a única posição atribuída aos corpos habitualmente inumados nestes sepulcros. Manuel Riu (cit. por Barroca, 1987:127), defende mesmo que as sepulturas onde apenas se assinala um dos ombros,

corresponderiam a inumações de *decubito* lateral. Por outro lado, poder-se-á equacionar essa reformulação num contexto de reutilização do túmulo, talvez destinada a ajustar a cavidade a um corpo de maiores proporções.

Na região dos ombros e da cabeceira, as paredes laterais denotam um acabamento imperfeito, interceptando o leito em ângulos rectos. Ainda na cabeceira, são perceptíveis os contornos de uma ligeira concavidade escavada na parede superior do túmulo, não resultando claro, porém, se se trata de uma acção antrópica deliberada, destinada a imobilizar a cabeça do defunto inclinando-a para poente, ou de um simples processo de erosão do afloramento.

Ao contrário dos túmulos S1 e S2, cujos rebordos horizontais praticamente se confundem com o topografia do afloramento, o rebordo da sepultura S3 denota uma clara intenção de individualização do monumento, intento alcançado através do desbaste em rampa das vertentes este e oeste do afloramento P2. O corte longitudinal revela um leito plano, inclinado no sentido nortesul (cabeceira-pés), com ângulos arredondados, situ-

ação que se repete no perfil obtido a partir do corte transversal, onde se verifica que o leito é levemente abaulado e arredondado nos cantos.

Sendo o maior e mais particular dos sepulcros do Irmeiro, a sepultura S3 é também aquela que se encontra em pior estado de conservação (Em Perigo). Em alguns sectores da sepultura, designadamente ao nível das paredes dos pés e do rebordo inferior, a sepultura apresenta-se bastante danificada, em virtude de um processo de fragmentação do granito que, de acordo com informações de moradores locais, se tem vindo a intensificar ao longo da última década. Na área dos pés, onde subsiste um espigão em ferro destinado a servir de “prisão” à ramada anteriormente existente no local, o rebordo da sepultura encontra-se significativamente rebaixado em relação aos restantes contornos do sepulcro, o mesmo se verificando na parede de assentamento dos pés, reduzida a menos de um quarto da sua altura original.

N	S	SN	CS	O	SC	T	TG	T1	T2	C	OM	OM2	PC
S3	1	0	2	308°	0	0	T2	—	1	5	OM2	0	0
P	PP	L	LM	CP	PM	CB	LC	R	RT	CL	CT	IG	CA
0	0	50	47	178	30	20	40	2	0	2.1	CT1	1	6.4

Tabela 4. Dados metrológicos e tipológicos da sepultura3 (dados em cm).



Figura 13. Pormenor de conjunto formado pelas sepulturas S1 e S2.

## 5. Integração espacial

### 5.1. Notas para uma aproximação antropológica

Um dos aspectos mais peculiares do cemitério rupestre do Irmeiro é a presença de duas sepulturas com dimensões reduzidas e apenas uma que poderemos considerar como provavelmente pertencente a um adulto ou um pré-adulto. As duas sepulturas menores (S1 e S2) encontram-se implantadas na mesma secção do afloramento (P1), denotando uma orientação axial muito similar (S1=320°; S2=318°) e um comprimento máximo médio que se cifra nos 133cm. Aceitando o pressuposto geralmente considerado que as sepulturas que não excedem metro e meio de comprimento devem ser atribuídas a crianças (Tente e Lourenço 1998:206), estaríamos perante dois enterramentos infantis que, a avaliar pelas dimensões dos túmulos (S1=136cm; S2=130cm), e tendo em conta que as dimensões destes deviam exceder normalmente em cerca de 10-20cm a estatura do morto (Barroca, 1987:121), corresponderiam a indivíduos com uma estatura média de 1,18m, portanto crianças, provavelmente com menos de 8-9 anos de idade.

Por outro lado, com base no mesmo processo analítico-dedutivo, a sepultura (S3), cuja orientação diverge ligeiramente das restantes sepulturas (S3=306°), corresponderia, então, à inumação de um corpo com uma altura máxima entre 1,58 e 1,68m, o que prefigura, com algumas certezas, um adulto.

Apesar destes cálculos metrológicos se revelarem importantes para o conhecimento das populações medievais sobretudo quando, como é o caso, as sepulturas se quedam esvaziadas de vestígios ósseos<sup>7</sup>, importa não ignorar que os dados apresentados correspondem, necessariamente, ao primeiro corpo inumado na sepultura, e que esta correlação directa que se procura estabelecer entre a altura do inumado e o comprimento máximo das sepulturas

não considera eventuais reutilizações do arcaz, situação que, provavelmente, terá sido recorrente durante este período (Tente e Lourenço, 2002:255). Por outro lado, parece-nos totalmente improvável a correspondência do número de sepulcros escavados na rocha, mesmo atendendo à sua mais que provável reutilização, à realidade populacional da região nesta época, o que antecipa um de dois cenários: o desaparecimento, por um processo de ocultação natural ou de destruição por acção antrópica, destes espaços funerários rupestres, ou a coexistência, a par destas tumulações, de diferentes formas de inumação. Se a primeira hipótese nos parece altamente improvável, atendendo ao exemplo proveniente de várias regiões do país, onde apenas raramente se detectam núcleos de sepulturas que, pela sua dimensão, podem ser equiparados a necrópoles (Barroca, 1987:133; Borges, 2003:257-264; Silva, 1990: 115-117; Tavares, 1999:83-85; Tente e Lourenço, 1998:211; Vieira, 2004:72-74) e, portanto, associar-se a núcleos populacionais, já a persistência em determinados momentos de diferentes formas de enterramento, assentes, talvez, na diferenciação social, correspondendo então as sepulturas escavadas na rocha, nomeadamente aquelas que nos aparecem isoladas ou em núcleos de reduzidas dimensões (2/3 sepulcros), a agrupamentos familiares – na tradição dos “agrupamentos”, “núcleos” ou “panteões familiares” defendidos por Castillo (cit. por Barroca, 1987:114) – isto é, à materialização da vontade de grupos sociais privilegiados detentores de um poder económico consentâneo com os custos, certamente elevados, inerentes à contratação de mão-de-obra especializada para a abertura destes sepulcros rupestres (Tente e Lourenço, 1998:208), parece-nos um pressuposto aceitável, não obstante os perigos inerentes a uma sustentação meramente teórica, tal como lembrou Drennan (2001:220): “*Are there any reliable rules about how burials reflect the social reality of living groups? Can this factor be treated as a contaminant to be filtered out? Or is*

<sup>7</sup> A acidez do granito que compõe estes sepulcros é prejudicial à conservação osteológica, já que leva a uma degradação rápida dos ossos. O próprio solo, com que em alguns casos se cobririam os corpos teria, certamente, uma composição ácida, razão pela qual os vestígios ósseos se revelam raros na maioria das necrópoles medievais do norte de Portugal. (Cunha e Matos, 1999:104)

*it, itself, the more interesting subject for analysis? To what extent is burial evidence “skewed” by the conscious manipulation of social position by those who carry out the burial rituals?”.*

Ainda assim, a validação desta suposição, deverá radicar não tanto no entendimento dos pressupostos sócio-mentais que poderão ter estado na origem destes túmulos pétreos, mas antes na percepção dos demais espaços de enterramento coevos destes sepulcrários<sup>8</sup>, espaços esses, talvez implantados nas imediações dos espaços habitacionais e destinados ao grosso da população, mas certamente anónimos como se tornou hábito a partir do século V (Ariés, 2000:240).

Em termos de orientação dos túmulos, constata-se, uma divergência de pelo menos 14° entre as sepulturas S1 e S2 e a sepultura de adulto S3, implantada numa secção do afloramento que se encontra claramente demarcada (P2), sendo evidente que nenhuma delas segue os preceitos da orientação canónica: a cabeça virada para Oriente onde, supostamente, Deus se perfilaria no dia do Juízo Final. Não sendo crível que este desvio axial tão acentuado possa ser explicado por uma errónea interpretação da trajectória solar por parte do artífice responsável pela abertura da sepultura<sup>9</sup>, o facto poderá ser explicado pelo aproveitamento da morfologia do afloramento disponível ou ainda pelo alheamento da comunidade em relação às práticas cristãs de inumação em vigor na época, já que eventuais orientações ditadas por um templo próximo, entretanto desaparecido, ou até por um antigo eixo viário, nos parecem, neste caso, argumentos ainda carenciados de fundamento, como teremos oportunidade de esclarecer adiante.

Analisada a morfologia e área disponível dos afloramentos para a implantação dos moimentos,

afigura-se improvável outra razão para a orientação verificada, que não aquela ditada pela necessidade de ajustar os sepulcros ao espaço disponível. No entanto, subjacente a esta intenção de aproveitar na íntegra o afloramento, poderá estar um outro desígnio, relacionado com o intento de dotar este espaço de uma orgânica particular, que tanto poderia radicar em laços familiares, pela aparente colocação das sepulturas infantis (S1 e S2) “face a face”, como em preceitos estilísticos (evolutivos?), consubstanciados pela presença ora do ombro esquerdo, como acontece na sepultura S1, ora do ombro direito como se verifica nas sepulturas S2 e S3.

## 5.2. Tipologias e periodização

A reduzida expressão da necrópole do Irmeiro, a peculiaridade das soluções tipológicas evidenciadas pelas três sepulturas estudadas e a própria organização espacial do cemitério, afiguram, à luz de estudos anteriores, um apreciável grau de dificuldade no que se refere a uma aproximação tendente à sua balização temporal.

Enquadráveis no âmbito geral de um dos grupos tipológicos definidos para este tipo de monumentos – o das sepulturas antropomórficas – as sepulturas do Irmeiro revelam, desde logo, uma imperfeita simetria antropomórfica, evidenciada pela delineação assimétrica dos ombros (S1=esquerdo; S2/S3=direito) e pelo plano geral das sepulturas e respectivas cabeceiras: as sepulturas S1 e S2 revelam uma planta sub-trapezoidal e uma cabeceira em arco de volta perfeita, enquanto a sepultura S3 apresenta um plano sub-rectangular e uma cabeceira assimétrica, embora de pendor rectangular.

<sup>8</sup> Alguns autores (Santos, 1992:35; Vieira, 2004:79) avançam a hipótese de terem existido rituais de tumulação semelhantes aos rupestres, talvez destinados a “gente mais humilde”, mas materializados de forma menos perene, assumindo a forma de cistas abertas no solo, limitadas ou não com materiais cerâmicos, pedras e/ou lajes. Exemplo deste tipo de tumulações, associadas, ou não, a lugares de culto, poderá ser o da necrópole medieval de Vila dos Sinos (Mogadouro), onde as sepulturas simples abertas na rocha e as sepulturas abertas na rocha e total ou parcialmente forradas com lajes, incluindo aquelas em caixas ou cistas constituídas por lajes e assentes na rocha, foram enquadradas por Lemos e Marcos (1985:144-145) num horizonte temporal que medeia entre o século IX e XI.

<sup>9</sup> A orientação de uma sepultura seria obtida tendo em conta o nascer e o pôr-do-sol, pelo que é possível encontrar enterramentos que, embora apresentando uma orientação genérica Oeste-Este, revelem ligeiros desvios axiais com amplitudes máximas de 40° (Barroca, 1987:123).

Apesar de a maioria dos autores considerar as sepulturas não antropomórficas mais antigas que as antropomórficas, sugerindo que as segundas evoluíram a partir das primeiras, não existem evidências que atestem esse processo de gradação tipológica ou, sequer, que comprovem a simultaneidade do processo em todo o território português. Na verdade, se tomarmos em linha de conta determinadas diversidades regionais<sup>10</sup>, e excluirmos algumas, escassas, tentativas de aproximação cronológica, alicerçadas em “estratigrafias horizontais”, nada obsta, verdadeiramente, à existência, em simultâneo com prováveis correntes vindas do exterior, de evoluções crono-tipológicas regionais ou locais (Tente e Lourenço, 1998:207). Naturalmente que a admissão simplista desta linha de pensamento tornaria virtualmente impossível o estabelecimento de cronologias que não passassem de meras conjecturas, porquanto, como vimos, o esvaziamento das sepulturas e a ausência de contextos estratigráficos, são padrões arqueológicos comuns à maioria destes monumentos. Não obstante, importa aqui equacionar as linhas basilares que têm orientado a discussão em torno das tipologias e periodizações destes monumentos.

Para Castillo (cit. por Marques e Gama, 1992:125), as sepulturas ovaladas e rectangulares teriam sido as primeiras a ser produzidas e remontariam ao século VII. O mesmo autor define um estádio evolutivo no sentido do antropomorfismo pleno, caracterizado por uma forma assimétrica intermédia, onde se assinalaria apenas o ombro esquerdo. Estas sepulturas seriam datáveis de meados do século IX, correspondendo ao século X a definição do perfil da cabeceira com as sepulturas a atingirem uma simetria axial e a evidenciarem já os dois ombros. Tendo em consideração a cabeceira, Castillo subdividiu estas sepulturas em tipo ocidental, com cabeceira em ferradura, e tipo oriental ou catalão, com cabeceira mais angulosa formando um trapézio. O

autor aponta ainda, como características morfológicas, destes túmulos mais tardios, a definição de um bordo exterior e o surgimento de um alteamento interior (“almofada”), localizado na cabeceira, destinado a melhorar o apoio e a imobilização do crânio.

Barroca (1987:137-140), considera, por sua vez, que a produção de túmulos rupestres não antropomórficos se começou a verificar entre os séculos VI e VII, evoluindo lentamente nos séculos VIII e inícios do IX para soluções antropomórficas alcançando, entre a segunda metade do século IX e os finais do século XI, o contorno antropomórfico axial perfeito. Desta forma, os séculos IX e X corresponderiam à fase plena da sepultura escavada na rocha de cariz antropomórfico, equivalendo o século XI a um período de desuso destas sepulturas e ao início de uma fase de transição para outro tipo de enterramentos. Apesar disso, segundo o autor, em alguns casos, esta moda de enterramento ter-se-á prolongado até ao século XIII e XIV, como de resto comprovam os resultados das escavações da necrópole medieval do Adro Velho de S. Vicente, em Abrantes, onde foram detectadas sepulturas antropomórficas escavadas na rocha situadas em níveis datados do século XIII, e possivelmente da centúria anterior, ainda que associadas a outras, já do século XIV e XV, mas de cariz não antropomórfico, com formas trapezoidais ou ovaladas (Batista e Gaspar, 2000:35-36).

Com base nestas propostas, parece-nos pois, que dificilmente poderão ser aceites periodizações estanques para as diferentes tipologias de sepulturas rupestres, mormente para aquelas que, alheadas de contextos arqueológicos seguros, revelam ténues traços de antropomorfismo sem verdadeiramente se enquadrarem no âmbito dos túmulos plenamente antropomórficos. Como vimos, a pervivência de diferentes tipologias manteve-se, pelo menos, até à época Tardo-Medieval, pelo que, a supor uma evo-

<sup>10</sup> Há uma série de características tipológicas observáveis nos sepulcros rupestres das províncias espanholas de Sória, Logronho e Burgos que não encontram paralelo em Portugal ou noutras regiões espanholas (Vieira, 2004:71). Barroca (1987:135) considera mesmo que a “*variedade tipológica encontrada no Entre-Douro-e-Minho parece recomendar que se contemple, pelo menos nesta área, uma maior diacronia e flexibilidade, pois a evolução [tipológica] pode não ter sido tão linear quanto Castillo supôs*”

lução tipológica das sepulturas escavadas na rocha, acompanhando esta uma progressão cronológica, tal como defendeu Castillo, estaremos, parece-nos, perante uma incongruência arqueológica: como justificar a existência de sepulturas, de um e outro tipo, lado a lado, no mesmo contexto arqueológico? A questão, como defende Vieira (2004:71), poderá não ser meramente cronológica, podendo as diferenças derivar antes de motivações sócio-económicas, isto é o perfil sócio-económico do defunto poderia determinar a escolha de um ou outro modelo, sendo o estatuto social, a idade e o sexo do indivíduo factores a ter em conta, assim como a própria matéria-prima (Teixeira, 1996:178). De resto, é bem provável que a estas variáveis se possam adicionar outras que, não tendo sido contempladas nos vários quadros crono-tipológicos, poderão, igualmente, ter conduzido estes sepulcros ao pleno antropomorfismo, nomeadamente a delimitação imperfeita da cabeceira, descaindo para um lado ou para o outro, o esboço apenas do ombro direito, ou do esquerdo, etc. (Tente e Lourenço, 1998:207).

Assim sendo, e dadas as diferenças tipológicas patenteadas pela sepultura S1 e o núcleo composto pelas sepulturas S2 e S3, designadamente ao nível da delineação da cabeceira, dos ombros e da própria orientação axial, poderíamos ser levados a supor dois (ou três) momentos distintos, embora contemporâneos, para a abertura dos sepulcros. Distintos, porque claramente as diferenças ao nível do terço distal, ou seja, na zona correspondente aos ombros, individualizam duas formas tipológicas antagónicas, cabendo, nesse caso, a sepultura S1 num momento, e as sepulturas S2 e S3 noutra(s) espaço(s) temporal(ais); e contemporâneos, porque a organização dos arcazes parece determinar uma certa intenção de proximidade, dispondo os sepulcros “face a face”, numa aparente tentativa de disposição hierárquica, nomeadamente pela individualização da sepultura S3 face às sepulturas infantis S1 e S2. Ora, julgamos entender nesta disposição uma organização parental que poderá corresponder à inumação, em momentos diferentes, de elementos associados a uma família nuclear, independentemente de nos escapar se o primeiro momento corresponderia à abertura da sepultura S1 ou, pelo contrário, à construção, em simultâneo, ou não, das sepulturas S2 e S3.

Quanto à sua balização temporal, coibimo-nos, por ora, pelas razões apresentadas, da tentativa de atribuir a este núcleo de sepulturas escavadas na rocha uma cronologia fina, optando antes por enquadrá-los numa sequência temporal lata, talvez numa transição entre o primeiro e o segundo momento deste modelo funerário, o que corresponderia, de acordo com os critérios crono-tipológicos apresentados, a um período compreendido entre o século VIII e X.

## 6. Contextualização arqueológica e cultural

Sistemáticas prospecções levadas a cabo na área de influência do núcleo de sepulturas rupestres do Irmeiro, com vista à detecção de outros núcleos de sepulturas e demais indícios arqueológicos eventualmente associados, não revelaram quaisquer vestígios seguros conotáveis com a estação em causa. Porém, de acordo com informações facultadas pela proprietária do terreno anexo, Sra. D<sup>a</sup>. Maria das Dores Mendonça, seria comum o aparecimento, nos terrenos contíguos aquele espaço, de “pedaços grandes de barro grosso e vermelho”, informação que interpretamos como correspondendo a vestígios de cerâmica de cobertura (*poss. tegulae e imbrices*). Os vestígios ocorreriam, sobretudo, nos taludes inferiores que delimitam o pátio interno da casa, taludes esses que actualmente se encontram consolidados pela construção de muros de suporte em cimento. De anteriores visitas ao local, (Nunes, 1994:6-7), tinham resultado igualmente recolhas esporádicas de fragmentos incaracterísticos e grosseiros de cerâmica de cobertura (*poss. tegulae*), que se encontravam dispersos pela horta contígua às sepulturas. Mais recentemente (1998), foram detectados, também nas imediações do local de implantação do cemitério rupestre (menos de 100m a sudeste), à margem da EM1155, os vestígios de um presumível forno romano (Sousa e Gonçalves, *com. pess.*).

Não sendo clara, nem directa, a associação entre os vestígios do provável forno romano e aqueles provenientes dos terrenos anexos às sepulturas, compostos maioritariamente por cerâmica de cobertu-

ra, e sendo certo que as *tegulae*, embora conotadas com populações romanas ou romanizadas, podem ter sido reutilizadas por comunidades que não as fabricavam (Vieira, 2004:47), parece evidente que pelo menos os vestígios associados ao forno, dadas as características dos elementos recolhidos, e a própria localização, não oferecem dúvidas de maior quanto ao seu enquadramento cronológico. Desta forma, e apesar de resultarem inconcludentes quaisquer tentativas de associação dos vários vestígios arqueológicos com as sepulturas, é possível estabelecer, com algumas garantias, a presença próxima das sepulturas de um habitat (casal?), que, dada a ausência de quaisquer indícios perceptíveis de vestígios de assentamento ulteriores se atribui, com as devidas reservas inerentes à falta de elementos clarificadores, ao período romano ou alto-medieval.

Situações semelhantes a esta, com associações entre sepulturas rupestres e vestígios de habitat são conhecidas em diversos sítios do país (Barroca, 1983:96-97; Marques e Gama, 1992:127; Pinto, 2001: 59; Pinto, 2004:56; Santos, 1993:15; Tente e Lourenço, 2002: 256; Valera, 1990:9-11), facto que, todavia, não valida a assumpção simples de uma continuidade de povoamento ou reocupação, antes reflectindo, como esclarece Vieira (2004:76), “*uma certa preferência por locais onde existiam antigos assentamentos romanos ou de época suevo-visigótica, uma vez que assim seria possível reutilizar os materiais das antigas construções*”. O mesmo princípio parece, aliás, verificar-se na implantação de espaços funerários desde os primórdios da Alta Idade Média, pelo menos desde o século VI. Com efeito, na área da Meseta Ibérica (Comunidade de Madrid) são conhecidos diversos casos de necrópoles visigodas implantadas sobre, ou ao lado, de villas romanas destruídas, situação igualmente justificada, “*por la necesidad de reutilizar los materiales constructivos o el propio edificio en la elaboración de los enterramientos.*” (Pablos e Cabrera, 2004:217).

Assumindo como plausível a associação do núcleo de sepulturas do Irmeiro a um assentamento, e tendo presente o princípio da não obrigatoriedade da coincidência do espaço de enterramento com o espaço físico do habitat (Barroca, 1984:122; Moura,

1989:9), a que tipo habitat coevo se encontrarão associadas estas sepulturas? E sobretudo, qual a relação espacial existente entre esse habitat e o espaço sepulcral do Irmeiro? Por outro lado, o mesmo princípio de exclusão de proximidade física, poder-se-á aplicar também à associação dos núcleos de sepulturas isolados com templos ou locais sagrados, isto é: não poderemos estar perante um reduzido grupo humano que, tendo o hábito de tumular os seus mortos nas imediações da zona habitada, se encontra vinculado a um templo mais ou menos distante (Vieira, 2004:78)? E se assim fosse, a que templo estariam agremiadas as sepulturas?

A documentação medieval relativa a *Sancti Vincencii de Goym* (PMH, 545-546), conquanto omissa a respeito da existência de sepulturas escavadas na rocha, é fértil em referências ao povoamento. Almeida Fernandes (1997:161), com base no Paroquial Suevo do século VI, situa em *Goym* (Boim) as villas *Gogini* e *Ausendi*, considerando-as como espaços demo-agrírios, geralmente delimitados ou com termo próprio, com uma cerrada ocupação e determinação do espaço (Fernandes e Silva, 1995:179). Já no século XIII, as Inquirições de D. Afonso III revelam a presença em *Goym* de manchas de povoamento mais significativo, materializadas sob a forma de casais. Com efeito, em meados do século XIII, haveria 17 casais em *Goym*. De particular interesse para este estudo revelou-se um documento testamentário de 16 Agosto de 1302 (Lopes, 2004:190), onde surge referido o *Casal do Ermeiro*, cuja localização julgamos poder fazer coincidir com a do topónimo Irmeiro, local que na actualidade corresponde a um pequeno lugar da freguesia, com uma casa rural (Quinta do Irmeiro) e um conjunto de casas de habitação, junto às quais se localiza o núcleo de sepulturas rupestres. Embora sem vestígios de assentamento coevos, e mesmo tendo em conta uma eventual deslocação do topónimo, a localização do casal deveria corresponder, grosso modo, à actual abrangência geográfica do topónimo, o que nos leva a equacionar se os vestígios cerâmicos antes descritos não poderão corresponder a esse habitat fazendo-o, assim, recuar, pelo menos, até ao período alto-medieval.

Por outro lado, correspondendo efectivamente os vestígios ao casal documentado e, por consequen-

te a um – ou *ao* – habitat coevo das sepulturas, poder-se-ia equacionar a disposição das mesmas, pela estreita conexão física com o presumível perímetro habitacional, como resultado de uma deliberada intenção, cujo fundamento cultural-religioso desconhecemos, mas que podemos supor alicerçado na intenção de implantar as sepulturas em propriedade individual (Barroca, 1987:129), em local proeminente e destacado na paisagem, denotando uma certa vontade de conferir visibilidade e importância às sepulturas (Marques, 1995:188; Bento, 2002:95), talvez com a intenção de ali criar um espaço funerário privado, o equivalente contemporâneo a um “jazigo familiar” (Valera, 1990:24) que, à semelhança das antigas necrópoles visigodas “*no tienen por qué estar relacionadas necesariamente con un templo, sino sólo con una propriedad fundiaria o con un núcleo de habitación*” (Pablos e Cabrera, 2004:216-217).

Mesmo considerando a invisibilidade do habitat, o esvaziamento das sepulturas e a ausência de contextos crono-estratigráficos que habitualmente caracteriza estes sítios, a associação do cemitério rupestre do Irmeiro a um provável assentamento alto-medieval parece-nos, pelas razões explanadas, uma hipótese sustentável. Não obstante, essa hipotética relação espacial, *per se*, não invalida a vinculação das sepulturas, e do próprio habitat, a um templo paroquial, ou de carácter meramente local. O que, a verificar-se, perfilaria, inevitavelmente, outros quadros interpretativos.

Para Bólos e Pagés (cit. por Barroca, 1987: 128), as sepulturas isoladas ou associadas em número restrito, (como acontece com o caso aqui estudado) tanto podiam corresponder a eremitas, como a locais de habitat isolados, associados a um povoamento anterior à estruturação da organização paroquial. Ora, se a ocorrência de eremitérios, embora possível, não se afigure, dada a forte humanização da bacia superior do Sousa desde, pelo menos a Idade do Ferro (Silva, 1986:84-86), como uma hipótese provável, a polarização dos enterramentos devido à inexistência de uma organização paroquial que aglutinasse, em torno de um espaço cemiterial único, todos os enterramentos (Vieira, 2004:78), deve ser encarada com

algumas reservas, uma vez que no período da Alta Idade Média as paróquias eram pouco numerosas e, na tradição suévica, apesar de organizarem o povoamento, possuíam um território alargado mas com uma jurisdição mal definida, havendo dentro do espaço de cada paróquia vários templos com pia baptismal, não se verificando a ocorrência de espaços de enterramento polarizados exclusivamente em torno da sede paroquial (Santos, 2005:40). De facto, no Entre-Douro-e-Minho, mesmo considerando o pressuposto de que uma aproximação ao espaço religioso facilitaria a salvação da alma (Baumgartner, 2001:116; Tente e Lourenço, 1998:210), o enterramento em torno dos templos paroquiais parece ter sido um fenómeno mais tardio, que se generaliza apenas nos fins da Alta Idade Média (Barroca, 1987:129). Aliás, desde os primórdios da Alta Idade Média que a Igreja procurava dissuadir os enterramentos no interior dos templos paroquias. Nos inícios da segunda metade do século VI, o cânone XVIII do primeiro Concílio de Braga (561 d.C.), proíbe expressamente os enterramentos no interior das igrejas, sendo certo que, a partir do século VI, os enterramentos se realizam, por norma, fora dos templos, embora com múltiplas excepções como o demonstram as sucessivas proibições emanadas de concílios posteriores (Pablos e Cabrera, 2004:212). Em 572, o segundo Concílio de Braga fazia menção à fundação de santuários ou monumentos, entenda-se túmulos, por particulares nas suas terras, numa alusão que Tavares (1999:16) faz reportar ao hábito de alguns cristãos, mais abastados, possuidores de bens fundiários, determinar, muito provavelmente nas suas terras, o lugar da própria sepultura.

Relativamente à antiga igreja paroquial de *Sancti Vincencii de Goym*, cuja fundação poderemos, certamente, remeter para uma data anterior à nacionalidade, pouco se sabe, não se conhecendo actualmente quaisquer vestígios, ignorando-se mesmo a sua antiga localização. No século XII o templo encontrar-se-ia adstrito ao Arcediagado de Meinedo (Moreira, 1971b:368), tendo mais tarde sido substituído pelo templo paroquial que subsiste actualmente, a igreja de S. Vicente de Boim, edifício construído, provavelmente, em data posterior ao

século XIV<sup>11</sup>, talvez já no século XVI<sup>12</sup>. Para além da actual igreja paroquial, persiste na área de influência das sepulturas um outro templo: a capela de S. Jorge. De arquitectura simples e sem quaisquer elementos artísticos dignos de monta, a ermida é referida pela primeira vez em 1623 no Catálogo dos Bispos do Porto (CBP:265), havendo nova notícia dela apenas em 1758, nas Memórias Paroquiais (MP, 2006)<sup>13</sup>.

Desta forma, e apesar da proximidade das sepulturas face à actual igreja de S. Vicente e da capela de S. Jorge, é um facto que aquelas não apresentam qualquer paralelo cronológico com os templos enunciados, não havendo, igualmente, qualquer indício de que possam derivar de uma tumulação associada à primitiva igreja paroquial, a de Goym. No entanto, tendo em conta a tradição cristã de divinização dos montes, colocando-lhes símbolos cristãos (capelas e cruzes), sobretudo naqueles que serviram de lugares de culto pagão (Vaz, 2002:39), não será de excluir totalmente a probabilidade da existência, no monte de S. Jorge, e portanto muito próximo das sepulturas, de um templo desaparecido ao qual as mesmas se encontrassem vinculadas, ainda que dele não subsista qualquer tradição popular ou microtopónimo.

Excluídas as possibilidades dos ermitérios e afastadas, por ora, eventuais associações com templos (e mesmo tendo presente a provável associação das sepulturas com um espaço de habitat), importa não ignorar que a existência de sepulturas rupestres isoladas ou agrupadas em número restrito, como é o

caso, se pode, segundo alguns autores, explicar, também, pela presença de vias de comunicação (Barroca e Morais, 1983:99; Barroca, 1987:129; Marques e Gama, 1992:93; Marques, 1995:188; Moura, 1989:9; Vieira, 2004:33; Tente e Lourenço, 1998:210). Com efeito, a proximidade de vias é por vezes apontada como condicionante para a localização e orientação de sepulturas rupestres, um pouco à semelhança das inumações em necrópole junto às vias, como era uso entre os romanos e será também ao longo da Idade Média e Idade Moderna, chegando mesmo aos nossos dias (Barroca, 1983:99 e nota 16). Com efeito, sobretudo durante a época romana, os espaços funerários eram, intencionalmente, mantidos distanciados do mundo dos vivos, sendo destinados aos locais de trânsito e passagem. *“O afastamento do corpo do defunto do espaço dos vivos, tem as suas raízes na concepção pagã da morte. A presença de um morto podia ser nefasta para os vivos já que o seu espírito permanecia junto do corpo, coexistindo num mesmo espaço – o da sepultura – e podendo, virtualmente, importunar a ordem dos vivos”* (Barroca, 1987:9). O Cristianismo, por seu turno, não obsta à proximidade dos mortos com o habitat (Baumgartner, 2001:116), uma vez que o *“espírito, transmutado em alma, deixa a vida terrena para alcançar a eternidade”* (Vieira: 2004:76 e nota 53). Contudo, esta alteração no quadro mental das primitivas comunidades cristãs foi um processo longo e lento: *“os povos germânicos mantiveram um mesmo divórcio entre necrópoles e habitat, pelo que o Ocidente europeu só viu este*

<sup>11</sup> O topónimo Goim (*Goym*) ainda hoje existe, a par de Boim, no espaço da actual freguesia, pelo que este, certamente, não provirá daquele. A confusão reside no facto de Goim ter sido a designação paroquial antiga que agora cabe a Boim, situação que poderá ser explicada pelo facto de, ao longo dos séculos, se ter assistido a alterações nas nomenclaturas de muitas freguesias: *“Numa época o topónimo é o nome dum dos lugares e noutra já passa a ser o nome doutro lugar, tratando-se sempre da mesma freguesia. O caso dá-se pela transferência da igreja paroquial dum lugar para outro por necessidade de nova construção (...) e de o primeiro se ter tornado inabitável ou muito descentralizado e o segundo ser já mais importante”* (Moreira, 1971a:126). Assumindo como válida esta assumpção, estaremos perante um caso em que a primitiva igreja paroquial de S. Vicente se localizaria em Goim (daí a paróquia se chamar primeiro S. Vicente de Goim), tendo outra, mais tarde, sido construída em Boim, recebendo a paróquia, naturalmente, a posterior designação de S. Vicente de Boim.

<sup>12</sup> C.A. Ferreira de Almeida (*Patrimonium*, Ficha 45) atribui à fachada da igreja de S. Vicente de Boim uma cronologia do século XVI, considerando, no entanto, que a mesma terá sofrido acrescentos e reformulações ao longo dos séculos XVII e XVIII.

<sup>13</sup> Nas Memórias Paroquiais de 1758 é feita referência à capela de S. Jorge nos seguintes termos: *“Fazem os fregueses festas ao dito S. Jorge a vinte e trez de Abril com missa cantada (...) no fim de cuja festa levão a imagem do dito santo em procissão à dita capella, que está no alto do monte de S. Jorge (...) e no dito monte (...) há feira de bois no dito dia tão somente que trazem seus donos em romaria ao dito santo, pelo terem por advogado contra os males e doenças dos bois”*.

*processo de assimilação dos dois espaços únicos ser definitivamente generalizado no século VIII ou IX (...)*” (Barroca, 1987:12).

Não sabemos se as sepulturas rupestres do Irmeiro devem, ou não, a sua feitura à proximidade de uma via. Na verdade, na maioria dos casos, desconhece-se mesmo se a ocorrência dos caminhos será prévia ou posterior à abertura das sepulturas, uma vez que a cronologia da origem das vias oferece problemas consideráveis e a sua relação com os espaços funerários nem sempre se pode estabelecer com rigor. No caso da estrada (EM1155) que presentemente atravessa o lugar do Irmeiro, sabemos que terá sido pavimentada apenas no final da década de 1960, apresentando a via anterior um pavimento em terra e uma largura que não excederia os 3 metros, balizada por árvores de grande porte (*Quercus robur*). Não sendo improvável a correspondência do referido caminho ao traçado de uma antiga via medieval, ou até romana, o que poderia, nesse caso, acercá-la do eixo que ligaria *Bracara Augusta* a *Tongobriga*, via *Oculis* e Meinedo (Alarcão, 1988:91), parece-nos falho em sustentação que esse pressuposto, *per se*, possa justificar a implantação das sepulturas colocando-nos, desse modo, perante uma situação de exclusividade de pervivência dos valores da antiguidade, de acordo com os quais

as vias corresponderiam a pólos de atracção das tumulações, constituindo, nessa condição, marcos na paisagem que tanto poderiam equivaler a referências de passagem, como de divisória (Teixeira, 1996:184). Julgamos, ao invés, que o exame à correlação das sepulturas com esta hipotética via deve, antes de mais, procurar esclarecer a correspondência que poderá existir entre a via e o provável habitat detectado nas imediações das sepulturas. Sendo certo que as vias são pólos aglutinadores de população, parece-nos evidente que anterior à ideia de tumular junto da estrada, seria a de habitar nas proximidades dela, condicionando-se, desta forma, a construção das sepulturas a um momento posterior ao da implantação do habitat. Não sendo crível que a existência de um cemitério rupestre atraísse um assentamento para as suas imediações, já o contrário, como vimos, é perfeitamente plausível.

É certo que nesta fase da investigação, nada garante a paridade cronológica entre o presumível habitat detectado e as sepulturas do Irmeiro e, portanto, a sua correlação espacio-temporal, mas tal não valida, igualmente, a pressuposição de uma relação linear, à maneira das tumulações antigas, entre a localização das sepulturas e a proximidade de um caminho, ainda que antigo, que corre nas suas imediações.

## Bibliografia

### Fontes documentais impressas

(CBP) CUNHA, R. - *Catálogo dos Bispos do Porto*. (1752). 2ª impressão. Porto: Oficina Prototypa.

(MP) *Memórias Paroquiais de 1758: transcrição das memórias paroquiais das freguesias do concelho de Lousada*. [S.l.:s.n.]. (2006). (No prelo).

(PMH) *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*. (1888) - Academia das Ciências de Lisboa. vol. 4-7.

### Fontes impressas

ALARCÃO, J. (1988) - O Domínio Romano em Portugal. Mem-Martins. Europa-América.

ARIÉS, P. (2000) - O Homem perante a morte. Vol. 1. Mem-Martins: Europa América.

BATISTA, A.; GASPAS, F. (2000) - A necrópole medieval do adro velho de S. Vicente. In *Arqueologia da Idade Média da Península Ibérica*. Vol.7. Porto: ADECAP, p.31-37. Actas do III Congresso de Arqueologia Peninsular.

BARROCA, M. J.; MORAIS, A.C. (1983) - Sepulturas medievais na terra de Aguiar da Pena (Vila Pouca de Aguiar). *Arqueologia* (GEAP). Porto. 8, p.92-101.

BARROCA, M.J. (1984) - Notas sobre ocupação medieval em Baião. *Arqueologia* (GEAP). Porto.10, p.116-136.

BARROCA, M. J.; MORAIS, A.C. (1986) - A Terra e o Castelo – Uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena. *Portugália*. Nova Série: VI/VII. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, p.35-87.

BARROCA, M. J. (1987) - *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre-Douro-e-Minho (Séc. V a XV)*. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Policopiado.

BARROCA, M. J. (1989) - Núcleo de Estudo das sepulturas escavadas na rocha. *Arqueologia* (GEAP). Porto. 19, p.180-183.

BAUMGARTNER, M. (2001) - *A Igreja no Ocidente Medieval: das origens às reformas no século XVI*. Lisboa: Edições 70.

BENTO, J.A. (2002) - Duas sepulturas abertas na rocha de Vilar Maior – Sabugal. *MUNDA*. Revista do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro (GAAC). Coimbra. 43, p.90-96.

BORGES, J.A. (2003) - Notas arqueológicas do concelho de Castelo Rodrigo. *Beira Alta*. Viseu. 62 1-2, p.239-268.

CUNHA, E. e MATOS, V. (1999) - Dados bioarqueológicos para o conhecimento dos habitantes do sítio do Prazo (Freixo de Numão) durante a Idade Mé-

dia. In *Rituais e Cultos da Morte na região de Entre-Douro-e-Cóa*. Freixo de Numão: ACDRFN.

FERNANDES, A.A. e SILVA, A. (1995) - *Toponímia Arouquense*. Associação para a Defesa da Cultura Arouquense. Arouca.

FERNANDES, A.A. (1997) - *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Associação para a Defesa da Cultura Arouquense e Câmara Municipal de Tarouca. Arouca.

LEMONS, F.S.; MARCOS, D. (1985) - A Necrópole Medieval de Vila dos Sinos – Mogadouro – Segunda Campanha de Escavações – 1982. *Cadernos de Arqueologia*. Braga. Série II: 2, p.127-156.

LOPES, E.T. (2004) - *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

MARQUES, J.A.M. e GAMA, T.M.S. (1992) - Contributo para o estudo das sepulturas escavadas na rocha: Necrópole das Forçadas (Matança, Fornos de Algodres). Beira Alta. Viseu. 51: 1-2, p.85-129.

MARQUES, J.A.M. (1995) - *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Policopiado.

MOREIRA, D.A. (1971a) – Freguesias da diocese do Porto – elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 34: 1-2, p.19-149.

MOREIRA, D.A. (1971b) – Freguesias da diocese do Porto – elementos onomásticos alti-medievais. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 34: 3-4, p.336-417.

MOURA, M.H. (1989) - Antropologia de Campo e Arqueologia Funerária. *Arqueologia* (GEAP). Porto. 19, p.7-15.

NUNES, M. (1994) - *Primeiras notas sobre as sepulturas antropomórficas de Boim*. [S.l.: s.n]. [Trabalho apresentado na disciplina de Arqueologia Medieval na Faculdade de Letras do Porto].

OLIVEIRA, E.V.; GALHANO, F. (1998) - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

PABLOS, J.M.; CABRERA, R.B. (2004) - El mundo funerario de época visigoda en la Comunidad de Madrid. El poblamiento y el problema del asentamiento de los visigodos en la Península Ibérica a través del estudio de las necrópolis madrileñas. *I Jornadas de Patrimonio Arqueológico en la Comunidad de Madrid*, p.199-236.

PINTO, J.M.S.M. (1992) - *Património Arqueológico de Lousada*. Plano Director Municipal de Lousada. Lousada: Câmara Municipal. Policopiado.

PINTO, E.J.J. (2001) - Roteiro Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal. Carregal do Sal: Câmara Municipal de Carregal do Sal.

PINTO, E.J.J. (2004) - Roteiro Arqueológico do Concelho de Carregal do Sal. 2ª Fase da Carta e Roteiro. Carregal do Sal: Câmara Municipal de Carregal do Sal.

SANTOS, A.C.C.F. (1993) - Contributo para o estudo das sepulturas rupestres do monte do Senhor da Boa Morte. *CIRA*: Boletim Cultural. Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. 5, p.13-48.

SANTOS, M.J.F. (2005) - *A Terra de Penafiel na Idade Média. Estratégias de ocupação do território (875-1308)*. *Cadernos do Museu*. Penafiel: Museu Municipal. 10, p. 5-100.

SILVA, A.C.F. (1986) - *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira/ Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.

SILVA, J.B.P. (1990) - Marco de Canaveses – Sepulturas Medievais Concelhias: *Sepulturas cavadas na rocha*. Marco de Canaveses: Ed. Autor.

TAVARES, A.L.M. (1999) - Sepulturas escavadas na rocha no concelho de Mangualde. Mangualde: *Associação Cultural Azurara da Beira* (ACAB).

TEIXEIRA, R. (1996) - *De Aquae Flaviae a Chaves*. Povoamento e organização do território entre a Antiguidade e a Idade Média. Porto. Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Policopiado.

TENTE, C. e LOURENÇO, S. (1998) - Sepulturas medievais escavadas na rocha dos concelhos de Carregal do Sal e Gouveia: estudo comparativo. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 1. Nº 2. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p.191-218.

TENTE, C. e LOURENÇO, S. (2002) - Sepulturas Medievais do Distrito de Évora. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 5. Nº. 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p.239-258.

VALERA, A.C (1990) - Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Fornos de Algodres. Fornos de Algodres: GAFAL.

VAZ, J.I. (2002) - Tipologia dos santuários rupestres de tradição paleohispânica em território português. In *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p.39-44.

VIEIRA, M.A. (2004) - *Alto Paiva. Povoamento nas épocas romana e alto-medieval*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

#### Documentos electrónicos

DRENNAN, D.R. (2001) - Tales from the crypt: Learning from Mortuary Evidence in Archaeology. *Journal of East Asian Archaeology*. [Em linha]. Brill Academic Publishers. Leiden. 3:3-4, p. 219-225(7). [Consult. 25 Out. 2005]. Disponível em WWW: \_URL: <http://www.springerlink.com>

ALMEIDA, C.A.F. (1995) - *Patrimonium* - Inventário da Terra de Sousa. Concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira. [CD-ROM]. Edição Etnos, Lda. Porto.

Lista *Thesaurus* do ENDOVELICO. IPA - Instituto Português de Arqueologia. [Em linha]. [Consult. 02, Nov. 2005]. Disponível em WWW: \_URL:<http://www.ipa.min-cultura.pt>

#### Cartografia

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: *Folha 112* [Material cartográfico] Serviços Cartográficos do Exército - Escala 1:25.000. Série M888 - Lisboa: S.C.E., 1998

CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL: *Folha 9D/ Penafiel* [Material cartográfico] Serviços Geológicos de Portugal - Escala 1:50.000. Lisboa: S.G.P. 1981.

ORTOFOTOMAPAS: Escala 1:2000 [Em Linha]. [Consult. 05. Nov. 2005], Disponível em WWW: \_URL: <http://lusiglob.edinfor.logicacmg.com>